

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL 084

Período: de 07/06/03 a 13/06/03

Franca – Brasil

- 1 - Segue polêmica a utilização das Forças Armadas brasileiras na segurança pública
- 2 - Proposta de inclusão de novos membros no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) pode possibilitar a candidatura do Brasil
- 3 - Embaixador brasileiro é indicado para o Prêmio Nobel da paz

Segue polêmica a utilização das Forças Armadas brasileiras na segurança pública

O Exército brasileiro está treinando, há pelo menos um mês, uma força especial para atuar na manutenção da segurança pública, segundo o Comando Militar do Leste (CML). Sua atuação estaria restrita a situações extremas, como ocorreu no Rio de Janeiro, no Carnaval deste ano. O efetivo de aproximadamente 500 homens está treinando técnicas de guerrilha e simulando ações para o ambiente urbano, precário e densamente povoadas, como as favelas, mas só atuariam mediante a emissão de documento oficial do governo, como prevê a Constituição. O grupo é composto por militares profissionais de outras regiões do país, na tentativa de afastar a possibilidade de haver corrupção na tropa, bem como preservar a segurança pessoal de seus membros. A questão tem sido cuidadosamente debatida no Palácio do Planalto, pois o presidente declarou que não irá pôr recrutas nas ruas para enfrentar o tráfico, além do Centro de Comunicação Social do Exército em Brasília ter declarado não haver nenhum grupo especial em treinamento no Rio, mas somente que sempre manteve tropas de elite para atuar em situações especiais. A equipe ainda prioriza em seu treinamento a cidade do Rio de Janeiro, mas segundo o assessor de imprensa do CML, Gérson Ribeiro, o grupo poderia atuar em outras partes do país. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, esse treinamento poderia ser uma tentativa do Exército de afastar a maior crítica à sua participação no patrulhamento da cidade: a falta de preparo dos soldados, especialmente depois da morte do professor de inglês Frederico Branco Ramos, num bloqueio realizado pelo Exército no Carnaval do Rio neste ano. Apesar da movimentação, os militares rebateram as pressões feitas pelos senadores que integram a Subcomissão de Constituição e Justiça do Senado, que cobraram, no dia 10, dos representantes das Forças Armadas o emprego das tropas federais no combate à violência e ao crime organizado. Os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica declararam que estão prontos para cumprir a missão que lhes for dada, desde que a lei ampare esse tipo de ação, o que não acontece atualmente. Contudo, discordam da atuação das Forças Armadas de forma rotineira para combater o crime. O senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou o emprego das tropas federais como “absolutamente necessário”. Já o representante do Comando do Exército, general Augusto Heleno, foi o mais incisivo ao considerar que sem o reaparelhamento das Forças, a integração dos sistemas de inteligência, a legislação adequada, o efetivo suficiente, entre outros, colocar o Exército na rua é colocar as Forças Armadas numa situação difícil. O representante da

Marinha, comandante Paulo Ribeiro da Silva, defendeu o fortalecimento, a integração e a moralização das Polícias Militares, para que as Forças Armadas não sejam utilizadas sem planejamento. Também afirmou que há necessidade de uma legislação específica, pois os militares somente atuariam com o pedido do Presidente da República. A proposta dos senadores de mudar a legislação para permitir que as tropas federais sejam empregadas no combate ao crime organizado é um assunto polêmico, que causa preocupação na área militar, pois estes repudiam a hipótese de convocação permanente, mas reconhecem que a situação do Rio de Janeiro é delicada e que, por isso mesmo, algo deve ser feito. No entanto, ressaltam que não poderia ser uma ação pontual, para evitar que os criminosos se desloquem para outros locais, mas teria que haver disponibilidade de equipamentos, legislação para garantir o trabalho das tropas e punição para os criminosos. (O Globo – Rio – 10/06/03; O Estado de S. Paulo – Últimas Notícias – 10/06/03; O Estado de S. Paulo – Cidades – 11/06/03; O Estado de S. Paulo – Cidades – 11/06/03; O Estado de S. Paulo – Cidades – 12/06/03)

Proposta de inclusão de novos membros no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) pode possibilitar a candidatura do Brasil

Uma proposta de reforma do Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que está sendo formulada pelo Reino Unido pode possibilitar a candidatura efetiva do Brasil a uma vaga no Conselho. A proposta, que segundo a *Folha de S. Paulo* está sendo formulada para restaurar a credibilidade da instituição, prevê a criação de assentos permanentes para Alemanha, Japão, Índia, um país da América Latina e um da África. Bill Rammell, secretário da ONU da Chancelaria do Reino Unido, elogiou o Brasil, apesar de ter afirmado à *Folha* que ainda não há uma decisão quanto a qual candidato o país irá apoiar. Ele também disse que o projeto ainda está em discussão e deve ser apresentado em breve. O secretário acredita que os novos membros deverão ter preocupações maiores do que transmitir demandas e interesses de suas regiões, já que assumirão “uma responsabilidade global”. Rammell acha que os acontecimentos no Iraque não liquidaram a capacidade ou a importância da ONU, mas admite que sua reputação foi abalada. A reforma no Conselho de Segurança seria uma medida para ampliar sua eficiência. José Bustani, embaixador do Brasil no Reino Unido – e indicado para o Prêmio Nobel da Paz pelo trabalho realizado à frente da Organização Internacional para a Proibição de Armas Químicas (Opaq) [ver notícia abaixo] -, declarou que crê na evolução da proposta britânica e em um possível apoio do país à candidatura brasileira. Segundo o Itamaraty, Uruguai, Peru, Bolívia, Equador e Venezuela, Índia e Austrália já se mostraram favoráveis à idéia do Brasil ocupar um assento permanente no Conselho. O Chile mostrou-se simpático à idéia e a Argentina está aberta a discutir a possibilidade. A França e a Alemanha também se demonstraram a favor, apoiados pela Rússia, bem como Portugal e os países africanos de língua portuguesa. (Folha de S. Paulo – Mundo – 07/06/03)

Embaixador brasileiro é indicado para o Prêmio Nobel da paz

O embaixador do Brasil no Reino Unido, José Maurício Bustani, foi indicado para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz. Bustani foi diretor-geral da

Organização Internacional para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), cargo do qual foi exonerado diante de pressões dos EUA. Segundo relatos do senador Pedro Simon (PMDB-RS), Bustani propôs que o Iraque integrasse a Organização, o que implicaria aceitar condições e fiscalização de suas armas; também pretendia que a Opaq fiscalizasse o arsenal químico dos Estados Unidos. Na chefia da organização, ele foi considerado exemplo no respeito às regras de inspeção que haviam sido adotadas. Negociou com a Rússia, que se mostrara inicialmente reticente e conseguiu a adesão de países que se haviam mostrado críticos de acordos discriminatórios, como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), como Índia, Paquistão e Cuba. (O Globo – Mundo - 13/06/03).

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista Fapesp, Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira e Leonardo D'Allevedove, bolsistas CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.